

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO NO BRASIL

*CONTRIBUTIONS TO THE HISTORY OF RURAL CHILDHOOD EDUCATION
IN BRAZIL*

*CONTRIBUCIONES PARA LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN INFANTIL DEL
CAMPO EN BRASIL*

Conceição Paludo

Doutora em Educação pela UFRGS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel.

Dynara Martinez Silveira

Mestranda em Educação Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel.

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Pelotas – RS – Brasil.

Endereços:

Rua Gonçalves Chaves, número 65, 302 A.
Centro – Pelotas – RS
CEP: 96015 560

E-mails:

c.paludo@terra.com.br
dynara.silveira@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo contribuir com a historiografia da Educação Infantil do campo no Brasil. Para tanto, retomou-se a constituição da Educação Infantil até a sua emergência no campo, que foi grandemente impulsionada pelo movimento dos Movimentos Sociais do campo, notadamente o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, na luta pelo direito à Educação. Após o estudo bibliográfico realizado, conclui-se que a Educação Infantil do campo foi fortemente impulsionada pela Educação Infantil e pela Educação do campo; assim como pelo avanço do capitalismo, pelo alastramento da consciência do direito à educação e pelo esquecimento de efetivação a que foi submetida por parte da política pública. Conclui-se, também, que há um vínculo existente entre a Educação do campo, a Educação Infantil do campo e outra proposição de campo, como espaço/lugar de produção de vida.

Palavras-chave: Educação Infantil do Campo. Educação do Campo. Movimentos Sociais.

ABSTRACT: The aim of this work is to contribute to the History of the Rural Childhood Education in Brazil. For this, we go back to the constitution of the Childhood Education until its emergence in the rural context, which was largely driven by the social movements towards the countryside, in particular, the “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra”

(landless workers' movement) in their struggle for the right to education. Following a literature review, we conclude that Rural Childhood Education in Brazil was strongly driven by Childhood Education and by Rural Education, and by the advance of capitalism, the raising of awareness of the right to education, and the oblivion to which it was relegated by the public policies, in terms of practical implementation. It is concluded that there is also a link between Rural Education, Rural Children's Education, and another rural proposal, as a space/place of production of life.

Keywords: Rural Childhood Education. Rural Education. Social movement.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo contribuir con la historiografía de la Educación Infantil del campo en Brasil. Para ello se retomó la constitución de la Educación Infantil hasta su emergencia en el campo, que fue grandiosamente impulsada por el movimiento de los Movimientos Sociales del campo, principalmente el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra, en la lucha por el derecho a la Educación. Tras el estudio bibliográfico realizado, se concluye que la Educación Infantil del campo fue vigorosamente impulsada por la Educación Infantil y por la Educación del campo, así como por el avance del capitalismo, por la propagación de la conciencia del derecho a la educación y por el olvido de efectividad a que fue sometida por parte de la política pública. Se concluye también que hay un vínculo entre la Educación del campo, la Educación Infantil del campo y otra propuesta de campo, como espacio/sitio de producción de vida.

Palabras clave: Educación Infantil del Campo. Educación del Campo. Movimientos Sociales.

É possível dizer que as escolas de Educação Infantil, não só no Brasil, como no mundo, surgem com o advento da Modernidade e, com esta, o sistema capitalista, que interfere na organização, não só econômica e política, mas cultural e social das crianças e suas famílias.

No Brasil, desde 1996, mais precisamente, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB –, nº. 9.394/96, a Educação Infantil foi incorporada à Educação Básica, que inclui a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A partir desse momento, ela passa a ser, efetivamente, pensada e, mesmo que de forma pouco enfática, desenvolveram-se políticas públicas, notadamente urbanas.

Mas as mulheres trabalhadoras rurais não deveriam ter direito ao mesmo atendimento para os seus filhos? Esta situação foi desvelada pela articulação de diferentes Movimentos, entre eles o MMC, Movimento das Mulheres Camponesas e, mais expressivamente, pelo MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Paralelamente às reivindicações pela Reforma Agrária, o MST, em conjunto com outros Movimentos do Campo e entidades parceiras, luta por escolas, em todos os níveis de ensino e pela Educação do Campo. No interior desse movimento, também há a luta pela oferta e garantia da Educação Infantil, o que vem se efetivando em assentamentos e acampamentos do MST, com o nome de Ciranda Infantil, que são espaços pedagógicos e nos quais se dividem, com as famílias, o cuidado e a educação dos pequenos.

Enfim, no bojo desse processo de luta pela ampliação da escolarização no campo, mães, pais, jovens, crianças e educadores, e outros que se agregam, lutam por uma Educação Infantil do Campo de qualidade, que começa a tomar forma, como política pública, apenas no ano de 2010, com as “Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo”. Portanto, esta não surge por acaso, é fruto de reivindicações e lutas de uma parte da população que existe e quer ser vista e reconhecida: o povo do campo.

Com o objetivo de contribuir para a reconstituição da historiografia da Educação Infantil do Campo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Com base em Lima e Miotto (2007), foram utilizados os seguintes procedimentos: leitura de reconhecimento do material bibliográfico; leitura exploratória; leitura seletiva; leitura reflexiva ou crítica e leitura interpretativa. Esta última resultou na síntese integradora desse artigo. Em um primeiro momento, apresenta-se

um resgate da história da Educação Infantil no Brasil; em seguida, buscase explicitar a luta dos Movimentos Sociais pela Educação do Campo para, posteriormente, delinear a Educação Infantil do Campo nesse processo. Finalmente, conclui-se apontando os aspectos centrais que confluíram para o reconhecimento do direito à Educação Infantil no e do Campo.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A Educação Infantil surge concomitante com a necessidade de assistência à infância e às mães pobres e/ou trabalhadoras. O capitalismo que se expandia precisava de mão de obra, sendo a feminina a menos onerosa. Como muitas dessas mulheres já haviam constituído suas próprias famílias e, conseqüentemente, possuíam um ou mais filhos, careciam de um local onde pudessem deixá-los no período em que vendiam sua força de trabalho.

Autores como Kuhlmann Jr. (1998) e Oliveira (2005) apontam 1899 o ano da Proclamação da República, como um marco na história da Educação Infantil no Brasil. É neste período que, por iniciativa de particulares, e não do Estado, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Após, o governo cria o Departamento da Criança, em 1919. Para os autores citados há, além do aspecto econômico, que foi o impulsionador das preocupações, questões subjacentes, como a infância, a maternidade e o trabalho feminino, que vieram desestruturar a ideia de família da época.

As transformações vividas no Brasil, no entanto, não foram responsabilizadas pelas conseqüências dos rumos do desenvolvimento, sendo oferecido o serviço às mulheres e aos seus filhos como uma dádiva, como caridade e não como dever social, levando estas mulheres a procurarem alternativas para o cuidado de seus filhos. Até os anos 1960, prevaleceu, no Brasil, um caráter assistencial-protetoral na relação com as crianças, no qual havia o cuidado com as questões da saúde, como o higienismo, a filantropia e a puericultura. Esse cuidado assistencialista, entretanto, segundo Vanti (2004), não acompanhou o crescimento da procura pelo atendimento na Educação Infantil.

A visão de creche e pré-escola, como meios sociais de assistência à criança carente, prevaleceu durante os governos militares, após 1964, que continuaram a incentivar programas emergenciais de massa e iniciativas filantrópicas e comunitárias. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº. 5.692, de 1971, os sistemas passam a ter a responsabilidade de velar para que as crianças menores de 07 anos recebessem educação em escolas maternais, jardins de infância ou equivalentes. O estudo da história revela que a Educação

Infantil, tanto quanto qualquer outro direito da população brasileira, não foi conquistada facilmente. Em 1979, em São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo, as mulheres que precisavam trabalhar se organizaram em um Movimento de Lutas por Creches.

Com o final da Ditadura Civil Militar e o processo de abertura política, nos anos 1980, foram ampliadas as medidas de acesso e permanência da população pobre nas escolas, resultado das reivindicações da década anterior. As discussões diziam respeito, também, ao papel que estas deveriam desempenhar, pois se pretendia romper com concepções existentes e, assim, aprofundar a dimensão pedagógica e de desenvolvimento das crianças.

Oliveira (2005, p.115) argumenta que,

[...] as lutas pela democratização da escola pública, somadas a pressões de movimentos feministas e de movimentos sociais de lutas por creches, possibilitaram a conquista, na Constituição de 1998, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino.

A Constituição Federal de 1988 representa a primeira conquista da Educação Infantil no campo social e político e garante, em sua redação, que ela é dever do Estado, sendo implementada, em creche e pré-escola, às crianças de 0 a 06 anos de idade. No entanto, a creche continuou a ser vista como um favor, ligada ainda ao Bem-Estar e à Saúde, enquanto a pré-escola era ligada à Educação, sendo que ambas passaram a compor, de forma significativa, o campo educacional, em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9.394/96 -, que incorporou a Educação Infantil à Educação Básica, rompendo com a ideia desses espaços como segregadores sociais. Contudo,

[...] a história internacional tem mostrado que a educação infantil não tem escapado à lógica de produção e reprodução da pobreza via políticas públicas: as crianças mais pobres, de área rural, mesmo em países desenvolvidos, tendem, via de regra, a frequentar instituições de educação infantil de pior qualidade que as crianças não pobres e de área urbana. (ROSEMBERG; ARTES, 2012, p. 19).

Outras iniciativas e concepções continuaram a se desenvolver e deram forma, em 1998, ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, ambos os documentos formulados pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC – e, teoricamente, para todas as crianças, independentemente do local de moradia: campo ou cidade.

Como é possível perceber, a história da Educação Infantil não é algo estanque. Vários movimentos e mudanças se deram, a fim de efetivar o direito à educação, com qualidade de atendimento e estrutura adequada, das crianças de 0 até 6 anos. Porém, este movimento não se restringe ao urbano. No campo, também há crianças e mães trabalhadoras que lutam pelos mesmos

direitos das trabalhadoras urbanas; é o caso da organização que se expressa no MST, considerado um Movimento misto, no MMC, no Movimento feminista, entre outros.

MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E EDUCAÇÃO DO CAMPO

O Século XX, no cenário brasileiro, foi permeado por transformações que atingiram o âmago das relações sociais, políticas, culturais e econômicas. Segundo Cruz (2008, p.73), isso se deve “à expansão capitalista, à modernização tecnológica, ao processo de globalização, mas também à ação política dos movimentos sociais”. É fato que nenhuma transformação se dá na inércia, na estagnação de um ou mais grupos sociais, muito pelo contrário, é no seio dos Movimentos Sociais que as pessoas se unem para reivindicar, por meio da luta, seus direitos, muitos já dispostos na legislação nacional, mas esquecidos ou destituídos de concretude.

Para isso, faz-se necessário entender e ter um posicionamento sobre o que são os Movimentos Sociais e os aspectos que os caracterizam. Nas palavras de Paludo (2011, p. 2), os Movimentos Sociais,

[...] são compreendidos como sujeitos organizados que se colocam na sociedade como expressão política de si mesmos, sem intermediações, que tem nas condições de reprodução da vida, que se relaciona com o trabalho e possibilidades de vida digna, o mote da sua existência. Neste sentido são portadores de reivindicações que apontam para a real universalização dos direitos.

No campo, as transformações mencionadas anteriormente influenciaram o modo de viver e de produzir. No entanto, até hoje, como consequência do desenvolvimento brasileiro, a representação sobre o campo, por parte da maioria da sociedade, reproduz concepções, tais como: atraso, ignorância, ingenuidade, subdesenvolvimento, comunitarismo, que não correspondem à realidade e que acirram a dicotomia campo/cidade.

Neste cenário, desenvolvem-se os Movimentos Sociais do Campo e os seus militantes, sujeitos que se inserem em um processo de envolvimento e de pertencimento a um projeto político comum, que resulta, embora nem sempre, em transformações políticas e sociais, como as que se desenvolveram no campo educacional. Com base em Munarim (2010), pode-se dizer que a Educação do Campo foi moldada, juntamente com a luta pela terra, por garantia de políticas públicas, pelos movimentos e organizações sociais do campo, principalmente, o MST que, desde o início de sua história, reivindica o direito de ter escola pública em seus acampamentos e assentamentos.

Esse movimento inicial ganhou mais força, na década de 1990, com a participação da Via Campesina e de outros, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais - CONTAG - que, entre suas reivindicações específicas erguia, também, a bandeira da educação escolar. Somente em 2002, as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” abordam a necessidade de uma educação diferenciada para os que vivem e trabalham no campo. A expressão “Educação do Campo” aparece de modo mais significativamente marcado, em um documento datado de 2008, a Resolução nº 2, de 28 de Abril, que estabelece as Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. As Diretrizes representam uma vitória e abarcam proposições do ‘Movimento de Educação do Campo’.

A luta por escola, entretanto, não é a única luta do Movimento. A mais importante parece ser o reconhecimento e o fortalecimento deste processo, no quais os povos do campo resistem e se emancipam, em busca de políticas públicas por uma educação *no* e *do* campo. Munarim (2010, p. 12), explicita que

[...] conforme a compreensão desse Movimento, diz-se “no campo”, porque o povo tem direito de ser educado preferentemente onde vive, isto é, sem ter de submeter-se forçosamente a longos e cansativos transportes para escolas situadas em realidades, mormente, urbanas; “do campo”, porque o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. Trata-se, portanto, de uma educação *dos* e não *para* os sujeitos do campo, que combine pedagogias de maneira a fazer uma educação que forme e cultive identidades, autoestima, valores, memórias, saberes, sabedoria.

Nesta perspectiva, é possível dizer que a Educação do Campo constitui-se frente a contradições e conflitos que marcam a sociedade brasileira e seu território, entendendo a aprendizagem e a própria educação como uma construção sociocultural.

Na luta por um novo projeto educacional e societário, destacam-se as iniciativas do MST, em busca do direito à educação, mas não só. É por meio da organização dos Movimentos Sociais que se dá o embate entre classes e, também, cultural, não de forma superficial, mas atingindo o âmago destas contradições, sem diluí-las ou mascará-las. Ao não aceitar a exclusão e a imposição fatalista de ocupar a margem menos favorecida da sociedade, os Movimentos Sociais, por meio de suas articulações e lutas, vêm produzindo novos sujeitos sociais, que são os que, em grande medida, acabam questionando e contestando esta maneira de ser produzida pelo capitalismo e pela cultura que vem se consolidando.

Ao fazer o movimento de luta, os sem-terra se politizam e passam a compreender as suas diversas problemáticas, referentes à qualidade de vida, relacionadas ao contexto mais amplo. Desta forma, como argumenta Freire (2001, p. 41), “Na medida em que o homem, integrado em seu contexto, reflete sobre este contexto e se compromete, constrói a si mesmo e chega a ser sujeito”. Contrariando a forma dominante capitalista, os Sem-Terra, embora com muitas contradições, constroem novas formas de conviver e viver, nas quais um dos horizontes que predomina é o interesse e o bem-estar de todos, do coletivo.

De acordo com a própria LDB, para o Brasil, em seu artigo primeiro (1996, p. 01), “[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Enfim, a educação é instituída pelas relações socioculturais, e as intencionalidades podem e são, muitas vezes, distintas.

Os Sem-Terra se educam no dia a dia dos acampamentos e assentamentos, nas lutas que travam contra o capitalismo, em uma pedagogia própria e considerando os interesses dos trabalhadores do campo. Isso, de acordo com Rossetto (2009), é o que motiva, há mais de 25 anos, o MST a organizar escolas.

Essa escola que o MST fomenta parte da realidade, do meio em que se vive, sendo este um dos principais fundamentos de sua proposta pedagógica, ou seja, centrada na vida, no dia a dia, nos problemas da vida pessoal e coletiva de todos. Uma escola do trabalhador, com preparação para intervir na realidade. Dessa forma, “[...] o MST defende em sua proposta de educação, que todas as escolas de acampamentos e assentamentos sejam escolas do trabalho, onde o princípio educativo fundamental esteja no trabalho.” (MST, 2005, p. 94).

Como se pode ver, muitas das conquistas educacionais para a população do campo foi conseguida pelas reivindicações e lutas dos Movimentos Sociais. A Educação do Campo foi um destes direitos impulsionados pelas reivindicações, lutas e marchas dos sem-terra e de seus jovens e crianças conhecidas como ‘sem-terrinha’, que contou com a adesão de muitos sujeitos sociais coletivos e individuais.

A EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO NESSE PROCESSO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Resolução nº 5, de 17 de Dezembro de 2009, foi a primeira legislação que contemplou a Educação Infantil das crianças do campo, sem referir a Educação Infantil que

acontece no espaço urbano. Mesmo que de forma reduzida, ela trouxe à tona as discussões sobre o direito das crianças de 0 a 6 anos que vivem no campo. De acordo com as mesmas, no parágrafo 3º, do artigo 8º:

[...] as propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem: I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais; II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis; III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações; IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural; V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

O avanço na legislação não significa um mapeamento das condições e da situação efetiva da Educação Infantil do Campo. Ao buscar dados sobre a quantidade de crianças matriculadas na Educação Infantil, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2013) – INEP –, não foi possível estimar o número de crianças que fazem parte da Educação Infantil do Campo. Há referência, apenas, ao total de matrículas no território brasileiro e, de forma específica da área urbana, que abrange 88% da totalidade, o que leva a imaginar que 12% destas matrículas estejam no campo. Isso também ajuda a demonstrar que a Educação Infantil do Campo ainda está longe do lugar a que tem direito, nas pautas e políticas públicas. Em pesquisa recente, realizada em todo o território nacional, constatou-se que:

[...] a priorização em atender demandas geradas pelo processo de modernização industrial explica, parcialmente, a pouca oferta de Educação Infantil para as populações rurais. Também cabe ressaltar que esta pequena oferta de vagas no campo reafirma a invisibilidade das crianças pequenas desse meio, assim como as demais invisibilidades a que as populações residentes em área rurais foram submetidas ao longo da história brasileira. (BARBOSA; GEHLEN; FERNANDES, 2012, p. 75).

A Educação Infantil do Campo parece ter tido origem nas necessidades das mulheres. No caso do campo, destacam-se duas, a dos assentamentos, em que as mulheres passam a fazer parte do trabalho coletivo; e a do conjunto do MST, que demanda das mulheres participação ativa na militância, em cursos, reuniões, encontros e nas lutas. Nesse processo, foi preciso pensar: onde e com quem deixar as crianças pequenas?

No ano de 1989, em São Paulo, organizaram-se as primeiras Cirandas Infantis junto às Cooperativas de Produção Agropecuária – CPAs. Para Rosseto (2009, p. 74), no processo de luta do MST pela educação, “[...] as crianças começaram a ser vistas de distintas formas: primeiro como criança; segundo,

como criança acampada ou assentada e, terceiro, como criança Sem- Terrinha". As discussões em torno da efetivação do direito à Educação Infantil no MST surgiram

[...] da necessidade de compartilhar com as famílias Sem Terra os cuidados e a educação de seus filhos e suas filhas, sendo coerente com os ideais de justiça e transformação social que buscamos concretizar, combinando a luta pela garantia do direito à Educação Infantil, com a intenção de construirmos coletivamente a formação de nossas famílias, das comunidades assentadas e acampadas que constituem o MST. Considerando o movimento um grande educador das crianças Sem Terrinha, pois é este o meio no qual elas vivem suas infâncias, participando da luta pela terra, pela Reforma Agrária. (MST, 2004, p. 23).

Com base em Rosseto (2009), é possível afirmar que a experiência da Ciranda Infantil surge concomitante com o debate de temas importantes como gênero, trabalho e coletividade, além de terem, no seu horizonte, a emancipação humana e a construção de um projeto de sociedade socialista. No entanto, como analisam Barbosa, Gehlen e Fernandes (2012), o campo é um espaço de heterogeneidades de modos de vida, produção e identidades socioculturais que devem ser levadas em consideração na elaboração e/ou expansão de políticas públicas.

As iniciativas desenvolvidas pelo MST, inicialmente, foram chamadas de Círculos Infantis, fazendo alusão à experiência Cubana. Após, foram nomeadas de Ciranda Infantil, nome que, de acordo com o Movimento (2004, p. 24), "[...] se refere à nossa cultura popular, às nossas danças, às brincadeiras, à cooperação, à força simbólica do círculo, ao coletivo e ao ser criança". Tomar a frente de trabalho rumo a uma Educação Infantil do Campo exigiu, por parte do MST, a definição dos principais desafios das Cirandas Infantis que consistem na ampliação das discussões sobre a educação familiar e a necessidade de compartilhar a educação dos pequenos com o coletivo; a luta por políticas públicas para a Educação Infantil do Campo com respeito à diversidade do campo brasileiro; a luta contra o trabalho infantil e o incentivo à participação amena das tarefas familiares e trabalhos do campo (MST, 2005).

Em 1997, organizou-se a primeira Ciranda Infantil, em nível nacional, que reuniu as crianças sem-terrinha, no Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (ENERA). Em 2000, foi organizada uma Ciranda Infantil Itinerante, entre outras que se sucederam e foram realizadas durante encontros, reuniões e congressos, acabando por tornar as crianças presentes em todas as atividades do Movimento como parte da organização MST.

Os espaços das crianças são organizados e pensados com intencionalidade pedagógica. Mesmo junto às Escolas Itinerantes, os trabalhadores organizam

creches em que, com a iniciativa de algumas mulheres, os pequenos ficam enquanto seus pais trabalham. Também foram sendo formuladas, nessa trajetória de práticas e experimentações, algumas linhas para o desenvolvimento da Educação Infantil, que não se restringem aos acampamentos e aos assentamentos do MST, mas que cada vez mais ganham força dentro da Educação do Campo.

Nesta perspectiva, em que o coletivo do Movimento é responsável pela educação dos sem-terra, a Ciranda surge não como um direito de mães ou pais, mas como direito da criança, vista por todos como construtora, como parte integrante e fundamental do presente e futuro do MST e do campo, sendo assim,

[...] é nessa *cidade de lona preta* que as crianças conquistaram seus espaços na luta pela terra, e se assumiram nela à medida que se inseriram como participantes de uma coletividade. Os Sem Terra se organizam, compartilham as brincadeiras, jogos, experiências de luta e de vida. No processo de luta pela terra, as crianças percebem que, além da terra, outros direitos que lhes foram negados, como o acesso a uma escola pública de qualidade, à moradia, à alimentação, ao trabalho para sua família. Tais fatores geram outras reflexões como, por exemplo, que as crianças já vêm sendo violadas em seus direitos antes de ir para o acampamento, e a conquista da terra é a possibilidade de acesso aos direitos básicos. (ROSSETO, 2009, p. 81).

Essa violação de direitos aos quais a autora se refere não se restringe às crianças sem-terra dos acampamentos e assentamentos, ela se expande pelo território rural, como se estas crianças estivessem à parte do mundo social e educacional. Estas crianças são iguais em suas necessidades, porém, deve-se considerar, de acordo com as Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo (BRASIL, 2010, p. 01), que, “[...] as crianças do campo possuem seus próprios encantos, modos de ser, de brincar e de se relacionar. As crianças do campo têm rotinas, experiências estéticas e éticas, ambientais, políticas, sensoriais, afetivas e sociais próprias”.

Por estas crianças é que o MST e outros Movimentos do Campo e organizações comprometidas reivindicam. Lutam por uma Educação Infantil que, além de garantir cuidado e educação, valorize o modo de vida, as experiências, a cultura, a família do campo, respeite seus tempos e modos de viver, suas especificidades de crianças do campo e no campo. Desta forma,

[...] a educação infantil do campo constrói as bases para a contraposição a um modelo de educação que simplesmente reproduz, nos territórios rurais, a cultura urbana dominante. Essa reprodução é dominação e a educação deve ser projetada para a emancipação das crianças constituindo um lugar em que elas possam se reconhecer como sujeitos de direito, de desejos e de conhecimento. (BRASIL, 2010, p. 04).

Como foi possível visualizar nesse estudo, a própria história da Educação Infantil é impulsionada por muitas lutas até que essa se efetivasse como

direito das crianças e passasse a fazer parte da Educação Básica. Na atualidade, a Educação Infantil do Campo também faz parte dessa realidade, fruto da articulação e da mobilização social. Esse movimento imprimiu a ela um enfoque educativo, já que era vista como assistência social. Obviamente, o que se vive expressa que estas conquistas obtidas em lei ainda não alcançaram o patamar de direito garantido no cotidiano, nem para as crianças dos territórios urbanos, e muito menos para as crianças do campo.

Entretanto, entende-se que educação não é sinônimo de escola e está interligada à formação humana que se dá a todo o momento nas interações e nas práticas diárias, que produzem comportamentos, hábitos, atitudes, valores e conhecimentos. Nessa perspectiva, parece que se deve apostar também nas transformações para além da escola. Os processos de luta pelos direitos vão possibilitando emergir e concretizar outras e novas práticas cotidianas, a partir de uma nova forma de conceber as crianças e as suas necessidades educacionais.

É esse o exemplo do Movimento da Educação do Campo. Mesmo as crianças da Educação Infantil, dizem os Movimentos Sociais, em tenra idade, já são importantes na construção deste novo campo, no qual deverá ser 'muito melhor de viver'. É a partir do respeito e da garantia dos direitos que poderão ser recuperados os vínculos entre educação, terra, trabalho e cultura, ou seja, entre o cotidiano da existência e a escola. Nesta luta, inserem-se os Movimentos do Campo, um deles o MST, no qual as próprias crianças, desde cedo, se assumem como "sem-terrinha", atribuindo valor às lutas do Movimento por terra, cidadania e educação, sendo protagonistas não somente da luta pela Reforma Agrária, mas da cultura e pelo direito ao conhecimento.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A Educação Infantil, na cidade, surge da história de lutas das classes oprimidas, notadamente, das necessidades das mulheres, que buscavam e buscaram iniciativas e efetivação de uma Educação Infantil de qualidade para as crianças. Isso ocorreu e ocorre devido ao avanço do modo de produção da vida sob o capitalismo, que coloca toda a família na condição de trabalhar para poder abarcar com os gastos pela subsistência. Esse cenário, e cada vez mais, atinge, inclusive, os trabalhadores do campo e seus dependentes, com uma diferença histórica: o esquecimento e a falta de políticas públicas.

Apesar de, nas últimas décadas, os Movimentos Sociais estarem se organizando e lutando, muito ainda tem para ser discutido e realizado para

que as velhas dicotomias sejam rompidas, preconceitos superados e o campo passe a ser considerado o que é: um espaço de produção da vida.

Após o estudo realizado, conclui-se neste ensaio que, da união da Educação Infantil e da Educação do Campo; assim como o avanço do capitalismo; o alastramento da consciência do direito à educação e do esquecimento de efetivação a que foi submetida, por parte da política pública, emerge o Movimento pela Educação Infantil do Campo no Brasil.

Esse Movimento não toma para si a responsabilidade de prover a educação dos povos do campo, entendendo que é um dever do Estado. Ele denuncia o silenciamento, o esquecimento, chamando a atenção da sociedade para a diversidade de direitos que são negados e, entre eles, o de uma educação que deveria ser obrigatória, gratuita, de qualidade e universal a todos, independentemente, de ser campo ou cidade.

Anuncia, igualmente, que as pretensões são maiores do que o direito à educação em todos os níveis, incluindo o da Educação Infantil. Reivindica, luta e constrói outro desenvolvimento do campo. Dependendo de quem se expressa, a proposição é a de que se construa um campo do trabalho, livre do agronegócio, o que significa transformar radicalmente a sociedade. Na educação escolar, inovam nos princípios, concepções, objetivos e métodos pedagógicos.

Nessa perspectiva, é que o campo, por meio de grupos organizados como o MST, - Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA -, MMC, CONTAG, entre outros, luta pelo desenvolvimento do campo, por meio de uma educação para a autonomia, em que crianças, jovens e adultos tenham discernimento sobre suas escolhas, em que se desenvolva o amor e a relação com o trabalho na terra. Nesse projeto, o conhecimento existente, fruto da experiência de trabalho e vida de assentados, pescadores, ribeirinhos, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, entre outros, precisa ser enriquecido pelo conhecimento científico e estar a serviço da produção de um campo melhor de se viver.

A partir do estudo, enfim, conclui-se que o que se precisa não é a mesma escola de Educação Infantil da área urbana, na rural, e nem mesmo uma adaptação. A proposição básica é a de uma escola de Educação Infantil que seja específica às crianças do campo, uma Educação Infantil que seja no campo e do Campo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; GEHLEN, Ivaldo; FERNANDES, Susana Beatriz. A oferta e a demanda de Educação Infantil no Campo: um estudo a partir de dados

primários. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira et al. (Org.). **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

CRUZ, Elizabeth F. **Ação política, transformação social e reconstrução de identidades**: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. 3 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

INEP. **Censo Escolar**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 02 de março de 2013.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 - p. 469-496.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v.10, n. esp, 2007 - p. 37-45.

MINISTÉRIO da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MEC. **Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 de março de 2011.

_____. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo, de 04 de novembro de 2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 15 de março de 2011.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Educação Infantil**: Movimento da vida, Dança do Aprender. Caderno de Educação, São Paulo: MST, n°. 12, novembro 2004.

_____. **Dossiê MST Escola**: documentos e estudos 1990-2001 Caderno de Educação nº 13 Edição Especial, 2005.

MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONTE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Isabel (Org.). **Educação do Campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PALUDO, Conceição. Educação Popular e Movimentos Sociais na Atualidade. ALAI, **América Latina em Movimento**. Disponível em: <<http://alainet.org/active/38665>>. Acesso em 08 de junho de 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira et al. (Org.). **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

ROSSETO, E. R. A. **Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós**: a educação das crianças sem-terrinha no MST. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VANTI, Elisa dos Santos. **Lições da Infância**: reflexões sobre a História da Educação Infantil. Pelotas: Seiva Publicações, 2004.